

# A construção de uma COMUNICAÇÃO LIBERTADORA NO SEMIÁRIDO

■ Catarina de Angola, Daniel Lamir, Fernanda Cruz, Gleiceani Nogueira, Monyse Ravena, Veronica Pragana e Ylka Oliveira

# A

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) nasce de um processo cultural e político construído ao longo de anos por organizações da região que atuavam com um objetivo comum: a convivência com o semiárido.

As capacitações realizadas de forma integrada aos programas da ASA orientam-se por princípios da educação popular e da comunicação comunitária



Foto: ASA

Motivada por um desejo coletivo de construir novas formas de organização, visando ao desenvolvimento de políticas públicas compatíveis e adequadas à região, a ASA colocou o direito à água no centro de sua atuação. Essa bandeira, além de atender uma demanda real do povo, tem funcionado como agente catalisador de outros processos e como janela para outros direitos, entre eles, o direito à comunicação.

A partir de 1999, o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) surge como um elo entre a pauta da convivência com o semiárido e o direito à comunicação, materializado e fortalecido nos processos de mobilização social e participação cidadã.

Para Márcio Simeone Henriques (2004, p. 20), *a comunicação adequada à mobilização social é antes de tudo dialógica, libertadora e educativa*. Na dissertação de mestrado *Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA*, Viviane Brochardt afirma que *a comunicação dialógica considera o homem um ser de relações, sujeito de saberes. Não transfere conhecimento, mas propõe um encontro de interlocutores* (2013, p. 79).

A partir desse prisma, a comunicação possibilita a construção de diálogos problematizadores dos contextos nos quais a população rural da região está inserida. Ao perceberem a realidade – o seu funcionamento e as forças que a sustentam –, as pessoas mudam sua relação com o entorno e acionam a sua capacidade de interagir com uma determinada situação. Diante de seu poder catalisador, esse exercício de comunicação apresenta-se como um recurso defendido e legitimado nos movimentos de Educação Popular e de Comunicação Popular, que acreditam que os processos de transformação, para serem reais, devem ser endógenos, protagonizados por quem almeja a transformação.

Em sua prática, a ASA reconhece a comunicação popular como estratégia e elemento importante para a convivência com o semiárido, ao garanti-la como componente metodológico dos seus programas. A comunicação popular norteia a concretização de ações, como os encontros de comunicação, de onde surgem as cartas políticas; a produção de programas de rádio; os intercâmbios de experiências entre famílias; e as sistematizações de histórias de vida dos agricultores e agricultoras, possibilitando que ganhem visibilidade e sejam propagadas pelo mundo afora.

Ao assumir politicamente uma comunicação voltada para os interesses das classes populares, nesse caso, os povos do semiárido, a ASA contribui para a efetivação do direito humano à comunicação. Graças à capacidade de descentralização e capilaridade da ação da ASA, são criados novos canais para a troca de saberes, assim como são revitalizadas práticas e valores que se enraízam semiárido afora. Mais que isso, a articulação reconhece que os sujeitos das suas ações não são meros receptores de informação e conteúdo, mas também produtores e multiplicadores de conhecimentos.

**OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO,  
PARA SEREM REAIS, DEVEM SER  
ENDÓGENOS, PROTAGONIZADOS  
POR QUEM ALMEJA A TRANSFORMAÇÃO**

O semiárido brasileiro ocupa 18% do território nacional, com presença em 10 estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

É também através da comunicação que o Brasil passa a compreender melhor a lógica da convivência com o semiárido e enxerga as transformações sociais e políticas na vida de milhares de mulheres, homens, jovens e crianças. Gradualmente, a capacidade de inovação, a resiliência e o potencial da região vão se sobrepondo à imagem de uma terra destinada à extrema pobreza, dependente de ajuda externa e lugar de um povo sem valor. Assim, por meio da construção de outra imagem do semiárido, a relação da região com as demais do Brasil, bem como a do espaço rural com o urbano, é ressignificada.

**RUMO AO DIREITO  
À COMUNICAÇÃO  
NO SEMIÁRIDO**

Helena Martins, jornalista e integrante do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, explica que o conceito



O reconhecimento e a valorização do saber de agricultores e agricultoras familiares são elementos básicos da estratégia de ação da ASA

*de direito humano à comunicação foi sendo construído, ao longo do século 20, devido ao fato de termos passado a viver em um mundo com um fluxo de informação cada vez maior. Acontecimentos como as guerras mundiais e escândalos políticos envolvendo a mídia deixaram claro que a comunicação se tornou elemento central para a constituição de uma sociedade democrática.*

Na prática, o direito humano à comunicação está relacionado ao direito de todas as pessoas de ter acesso à informação e à liberdade de expressão. Alguns teóricos e organizações que militam pela garantia desse direito têm debatido a ampliação desse conceito, incluindo o acesso ao poder de comunicar através da mídia. Segundo Peruzzo (2004)

*As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas ao direito de expressar-se por quaisquer meios – o que soa vago –, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. Os maiores expoentes dessa nova concepção são uma gama de estudiosos da comunicação, ativistas, movimentos e organizações da sociedade civil.*

Essa questão foi assumida politicamente no VIII Encontro Nacional da ASA (EnconASA), ocorrido em Minas Gerais, em 2012. A partir da vivência em alguns estados

*e das discussões ocorridas no evento, a Carta Política demarcou a importância de garantir esse direito aos povos do semiárido. O documento afirma: ... não podemos ignorar a exclusão que sofrem os povos do semiárido aos diversos meios de comunicação, especialmente, às rádios e televisões comunitárias, que funcionam como um instrumento de reafirmação da identidade e de fortalecimento das lutas pelos seus direitos. Sonhamos com o dia em que nosso povo exerça o seu direito de comunicar com a mesma autonomia, força e resistência com que constrói sua história de convivência com o semiárido.*

Para Martins, o direito à comunicação deve também incorporar a *promoção da diversidade cultural, apoiando a produção regional e combatendo os preconceitos e distorções na forma como a mulher, o negro e os povos tradicionais e tantos outros e outras são retratados na mídia* (MARTINS, 2014).

Comunicação e Sistematização é um componente do PI+2. O debate sobre sistematização foi inspirado na experiência institucional da AS-PTA na assessoria ao Polo da Borborema.<sup>1</sup> Nos últimos anos, organizações vinculadas à ASA nos estados vêm realizando sistematizações a partir do enfoque em variadas temáticas relevantes para a convivência com o semiárido, tais como gênero, juventudes e cultura.

<sup>1</sup> Essa experiência institucional está descrita em artigo publicado na edição V.3, N.4 da Revista *Agriculturas*. Ver em <<http://aspta.org.br/revista/v3-n4-sistematizacao-conhecimento-que-vem-das-praticas/a-sistematizacao-no-fortalecimento-de-redes-locais-de-inovacao-agroecologica/>>.

Nessa perspectiva, vemos o tamanho do desafio para o semiárido pautar na mídia suas especificidades, explicitando a interdependência entre os direitos à comunicação, à água, à terra e ao território.

Portanto, apesar de a luta pelo direito à comunicação não ser a parte mais visível da ação da ASA, sua trajetória institucional demonstra que a defesa da vida e dos povos do semiárido está intrinsecamente alicerçada nos valores da educação-cidadã e da comunicação comunitária.

## O ENRAIZAMENTO DA COMUNICAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO E A FORMAÇÃO POLÍTICA

A partir de 2007, com a chegada do Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2), a construção coletiva do conhecimento e a valorização do saber de agricultores e agricultoras familiares ganham força enquanto elementos inspiradores para a ação da ASA. Ao aproveitar as dinâmicas estabelecidas pelo novo projeto, em especial

O direito à comunicação foi um tema debatido no VIII EconASA, realizado em 2012, em Januária, na região Norte de Minas Gerais



a sistematização de experiências e seus desdobramentos, o tema da comunicação popular toma corpo político nos estados em que a ASA está presente.

Sobre essa comunicação popular e democrática, a autora Círcia Peruzzo descreve: *É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicação dos setores organizados da população oprimida. Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com perspectiva de [uma] nova sociedade* (PERUZZO, 2004, p. 125).

O conceito de Peruzzo dialoga diretamente com a comunicação que a ASA já praticava, embora esta ainda fosse bastante focada nos instrumentos e pouco pautada politicamente. Mas *O Candeeiro*, boletim informativo do PI+2, utilizado para registrar as mais variadas experiências de convivência com o semiárido, desafia a ASA a comunicar de um novo jeito, envolvendo de forma direta cada vez mais atores, entre eles, homens e mulheres protagonistas das experiências e os comunicadores e comunicadoras populares.

Essa Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares está descentralizada nas diversas microrregiões e territórios do semiárido, desenvolvendo processos de comunicação junto às organizações que compõem a ASA. Entre esses processos, está a sistematização de experiências de agricultores, agricultoras, grupos, associações, coletivos. Para Oscar Jara Holliday (2006), a sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido. Nessa perspectiva, os(as) comunicadores(as) contribuem para que a comunicação da ASA visibilize histórias de um semiárido diverso, plural, com uma série de questões a serem ainda conquistadas em diversos campos, mas com um grande potencial de vida, riqueza e sabedoria.

# “ APESAR DE A LUTA PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO NÃO SER A PARTE MAIS VISÍVEL DA AÇÃO DA ASA, SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DEMONSTRA QUE A DEFESA DA VIDA E DOS POVOS DO SEMIÁRIDO ESTÁ INTRINSECAMENTE ALICERÇADA NOS VALORES DA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação da ASA está a serviço do povo do semiárido, anunciando suas belezas e demandas e denunciando as opressões. No entanto, os desafios para essa dinâmica são muitos. A compreensão da comunicação como direito das pessoas é uma realidade na ASA, mas que ainda precisa ser amadurecida. É preciso o envolvimento de diversos outros sujeitos para fortalecer esses processos de comunicação.

## A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DO SEMIÁRIDO MINEIRO

A ASA Brasil, como rede que atua em dez estados, é formada por coletivos estaduais com singularidades, dinâmicas próprias e graus diversos de amadurecimento com relação a determinados temas e práticas. No campo da comunicação popular, a ASA Minas possui uma experiência interessante conduzida pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares do estado: a Escola de Comunicação Popular do Semiárido Mineiro.

A escola é um espaço de formação e troca de experiências para fortalecer as comunidades tradicionais, as famílias agricultoras, as organizações sociais e suas lutas, a partir de estratégias de comunicação popular. Os conteúdos são abordados em cinco módulos itinerantes, que ocorrem de forma alternada nas regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, sempre mesclando um tema técnico com uma reflexão política, iluminada pelo contexto e experiência local.

O projeto mineiro está documentado em vídeo produzido recentemente pela ASA, intitulado *O Semiárido contado por sua gente*.<sup>1</sup> O documentário apresenta essa e outras experiências de comunicação popular protagonizadas pelos povos da região semiárida em seus territórios.

<sup>1</sup> O vídeo está disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=r\\_Q81rvWPPQ](https://www.youtube.com/watch?v=r_Q81rvWPPQ)>.

CATARINA DE ANGOLA  
DANIEL LAMIR  
FERNANDA CRUZ  
GLEICEANI NOGUEIRA  
MONYSE RAVENA  
VERÔNICA PRAGANA  
YLKA OLIVEIRA

Jornalistas, integrantes da Assessoria de  
Comunicação da ASA (ASACom)  
asacom@asabrasil.org.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASA. **PIMC**, Recife, 2003.
- BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.
- HENRIQUES, Márcio S. et al. **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília/DF: MMA, 2006.
- MARTINS, Helena. **Comunicação também é direito fundamental**. Blog Intervenções. 9 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervenoes/comunicacao-tambem-e-direito-humano-fundamental-7938.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, v. 1, p. 49-79.
- \_\_\_\_\_. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília, **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2006.